

COOPERAÇÃO ACADÊMICA NO ESPAÇO LUSÓFONO

BENALVA DA SILVA VITORIO

RESUMO

Com objetivo de contribuir para a cooperação entre países do espaço lusófono na área acadêmica, este artigo apresenta dados referentes ao trabalho desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa Comunicação e Cidadania, da Universidade Católica de Santos, em três áreas do conhecimento: Comunicação, Nutrição e Relações Internacionais, por meio de estudo comparado entre três Instituições de Ensino Superior da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: Universidade Católica de Santos (Brasil), Universidade Católica Portuguesa (Portugal) e Universidade Eduardo Mondlane (Moçambique). Em meio às dificuldades para o levantamento dos dados, compreendeu-se o silêncio como constitutivo do sentido. Portanto, o resultado da iniciativa transdisciplinar aponta para reflexão dos acadêmicos sobre necessária dinamização de convênios entre as Instituições de Ensino Superior dessa Comunidade que, embora distanciadas geograficamente, podem contribuir para o desenvolvimento científico, tecnológico e cultural dos Estados membros, se vencidas determinações políticas e históricas inscritas no silêncio.

PALAVRAS CHAVE

CPLP, cooperação, Ensino Superior.

* Bacharel em Jornalismo, Doutorado em Ciências da Comunicação, PhD sobre imigração, docente e pesquisadora da Universidade Católica de Santos, líder do Grupo de Pesquisa Comunicação e Cidadania.

INTRODUÇÃO

O artigo em pauta é o resultado de trabalho transdisciplinar desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa Comunicação e Cidadania da Universidade Católica de Santos, que procurou atender proposta para incentivar estudo sobre a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), estabelecendo relação com sujeitos de diferentes contextos, por meio de “intercâmbio científico”, como explica Gatti (2005, p. 125).

O intercâmbio científico tem um poder formativo ines- timável e se processa não só por congressos e reuniões científicas de diversas naturezas, mas também por vá- rios mecanismos como estágios, professores visitantes,

desenvolvimento de projetos interinstitucionais, participações em redes de pesquisadores em temas correlatos, participação em grupos de pesquisa, etc.

Nesse sentido, na formação do Grupo de Pesquisa Comunicação e Cidadania seus membros consideraram o contexto do mundo globalizado, em que o avanço da tecnologia aproxima e afasta as pessoas, na tessitura de relacionamentos por meio das redes sociais. Sem saber, muitas vezes, quem é o Outro, o Diferente, as pessoas, principalmente os jovens, trocam informações rápidas nos meios digitais a respeito de variados assuntos, colecionando “seguidores”. Opinam, respondem, informam, sem aprofundamento de causas e, até mesmo, sem conhecer devidamente o que discutem. A esse respeito, Bauman (2004, p. 52) considerou que nos relacionamentos virtuais “pertencemos à conversa, não àquilo sobre o que se conversa”, porque nesse tipo de relacionamento “não são as mensagens em si, mas seu ir e vir, sua *circulação*, que constitui a *mensagem* – não importa o conteúdo. Nós pertencemos ao fluxo constante de palavras e sentenças inconclusas (abreviadas, truncadas para acelerar a circulação)”.

Nas redes sociais, as pessoas elegez ídolos, destroem identidades, na ilusão de que estão protegidos na “comunidade de semelhança”, como Bauman (2004, p. 134) explica a “*mixofobia*”, ou seja, “impulso que conduz a ilhas de semelhança e mesmice em meio a um oceano de variedade e diferença”. Segundo esse autor, a atração exercida por essa comunidade da mesmice está “na segurança contra os riscos de que está repleta a vida cotidiana num mundo polifônico”. Contudo, considera que o abrigo nessa comunidade “não reduz os riscos, muito menos os afasta”, representa apenas paliativo para a segurança de quem teme aprender e preservar a arte da convivência com a diferença.

O meio acadêmico representa oportunidade para que os jovens aprendam a tecer a arte da convivência além da sala de aula, dos espaços comuns do *campus* e até mesmo dos locais de residência, participando em comunidades reais onde possam viver com a diferença, confrontando face a face com estranhos. A universidade, como espaço da produção do conhecimento, deve também incentivar a aprendizagem da arte de conviver e partilhar em relação à alteridade externa, evitando o perigo apontado por Bauman (2004, pp. 134-135).

Quanto mais as pessoas permanecem num ambiente uniforme, na companhia de outras “como elas”, com as quais podem “socializar-se” de modo superficial e prosaico, sem o risco de serem mal compreendidas nem a irritante necessidade de tradução entre diferentes universos de significações, mais se tornam propensas a “desaprender” a arte de negociar um *modus convivendi* e significados compartilhados.

O ambiente universitário, portanto, é propício para aprender a arte de negociar a convivência e significados compartilhados. Para tanto, há que se proporcionar “condição essencial à realização de investigações científicas e ao avanço do conhecimento”, como explica Gatti (2005, p. 124).

O pesquisador não trabalha sozinho, nem produz sozinho. A intercomunicação com pares, o trabalho em equipe, as redes de trocas de idéias e disseminação de propostas e achados de investigação, os grupos de referência temática, constituem hoje uma condição essencial à realização de investigações científicas e ao avanço do conhecimento. Para os pesquisadores mais experientes, esse diálogo permanente com grupos de referência temática torna-se fundamental ao avanço crítico e criterioso em teorizações, em metodologias, em inferências. Para os menos experientes,

ou iniciantes, é fundamental para sua formação, pois não se aprende a pesquisar, não se desenvolvem habilidades de investigador apenas lendo manuais. Essa aprendizagem processa-se por interlocuções, interfaces, participações fecundas em grupos de trabalho, em redes que se criam, na vivência e convivência com pesquisadores mais maduros.

Com base nos princípios expostos acima, nasceu o Grupo de Pesquisa Comunicação e Cidadania, aberto aos acadêmicos interessados na oportunidade de relacionamento e troca de conhecimentos entre professores, entre professores e alunos, não somente da Universidade Católica de Santos, mas também de outras Instituições de Ensino Superior, como forma de intercâmbio científico.

Pertinente esclarecer a denominação do nosso Grupo de Pesquisa. No que diz respeito à *comunicação*, há urgência, na atualidade, para se compreender com mais clareza a complexidade dos atos comunicativos que contam, narram e constroem histórias. Como explica Rensende (1999, p. 36), “histórias que são relatos, fios que tecem a ação comunicativa e que nela são tecidas pelos sujeitos-artesãos, recriadores do real, construtores do passado, do presente ou de algo maior ainda: da contemporaneidade”. O autor justifica que, “na modernidade tardia, contar as histórias do mundo, além de saber contá-las, emerge de uma necessidade de compreensão do próprio mundo em que se vive”. Quanto à *cidadania*, a questão deve ser deslocada da sua dimensão política – “os direitos reconhecidos pelos aparelhos estatais para os que nasceram em um território” – para contemplar também as práticas sociais e culturais “que dão dimensão ao pertencimento e fazem com que se sintam diferentes os que possuem uma mesma língua, formas semelhantes de organização e satisfação de suas necessidades, como observa Canclini (1995, p. 22).

Espera-se, portanto, que os integrantes do Grupo de Pesquisa Comunicação e Cidadania desenvolvam trabalho transdisciplinar, o que enriquecerá seu acervo teórico, de acordo com as linhas de pesquisa dos docentes envolvidos nos projetos. Entende-se a transdisciplinaridade como o movimento que provoca o encontro de pesquisadores para o estudo do mesmo objeto com metodologias múltiplas. Assim, será possível estabelecer alianças, evitando as tendências à hegemonia das antigas disciplinas.

Com a convicção da possibilidade de se realizar trabalho conjugado, elaboramos o projeto sobre a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, na perspectiva acadêmica, acreditando na tradição latino-americana de combinar questões de várias ordens, em ações transdisciplinares, a fim de “constituir campos de trabalho a partir de temas, objetos ou problemas específicos”, como recomenda Schwartzman (1992, pp. 191-198).

Nesse sentido, os integrantes do Grupo de Pesquisa Comunicação e Cidadania esperam chegar a uma “espécie de encruzilhada, de ponto de encontro, a que Ortiz (1999, p. 35) atribui como “fruto da especialização tardia das Ciências Humanas”, pois “é recorrente na produção intelectual latino-americana a mescla de fronteiras, como se as disciplinas tivessem dificuldades em erigir barreiras definitivas entre um tipo de abordagem e outro”.

Encruzilhada que Lopes (2000, p. 51) chamou de *transdisciplinarização* ou *pós-disciplinarização* nos campos de estudo, como “novo padrão emergente”, que explica da seguinte forma.

Um movimento para a superação dos limites entre especialidades fechadas e hierarquizadas e o estabelecimento de um campo de discurso e práticas sociais cuja legitimidade acadêmica e social vai cada vez mais depender da profundidade, extensão, pertinência e solidez das explicações, que produza mais do que prestígio institucional acumulado.

Ao conjugar Comunicação e Cidadania, nosso Grupo de Pesquisa espera desenvolver trabalhos que dizem respeito não somente à satisfação dos direitos para assegurar igualdade, mas também assegurar os direitos à diferença como parte do processo democrático. Na diferença e não fora dela, na relação com o Outro, são construídas as identidades, inclusive as dos sujeitos pertencentes à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), como descreve Rasquilho (1997) na “Saga Lusitana”.

Encontrada a terra, na coincidência da Páscoa,
 Caminha olhou da grande nau a praia e escreveu ao Rei.
 Nu, o dono da terra olhou o branco marítimo trazido pelo vento.
 A praia clareava a floresta junto do mar enfeitada de penas e flechas.
 De espadas, no vermelho branco do encontro, a surpresa não teve
 fingimento na vertigem do silêncio da palavra.
 O Rei leu a carta de Caminha
 E ordenou a invenção da história
 Como se nada fosse o que era.

Acaso, coincidência ou propósito, o desvio de rota das caravelas portuguesa, em 1500, nos fez Brasil. Quinhentos e dezenove anos depois, o que resta do encontro entre autóctones e alóctones é a perspectiva de se traçar outra rota: a da nossa identidade lusófona. Mas, contrariando o Rei, dessa vez quem dá a ordem é o Conhecimento, para que possamos, ao visitar a história, saber quem são os sujeitos que constituem a lusofonia.

Portanto, objetivamos nesse caminho refletir sobre a construção da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, levantar pistas para o conhecimento de nossa identidade lusófona, delinear caminhos para a cooperação acadêmica, considerando nossa história comum e situação periférica no mundo globalizado. Ao falar de um lugar, a Universidade, onde se constrói o conhecimento para a promoção do desenvolvimento socioeconômico, justificamos a nossa proposta de trabalho.

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa foi criada oficialmente em 17 de julho de 1996, congregando sete países de língua oficial portuguesa: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe. No século XXI mais dois países entraram para a Comunidade: Timor-Leste (Timor Loro-Saes), em 2002, e Guiné Equatorial, em 2014. Portanto, atualmente, nove Estados Soberanos constituem a CPLP, sendo seis no continente africano: República de Angola, República de Cabo Verde, República da Guiné-Bissau, República da Guiné Equatorial, República de Moçambique, República Democrática de São Tomé e Príncipe; um no continente europeu: República Portuguesa; um no continente americano: República Federativa do Brasil; um transcontinental (entre Ásia e Oceania): República Democrática de Timor-Leste.

A partir da discutível identidade linguística, a criação da CPLP foi acordada em áreas básicas de atuação: concerto político-diplomático, cooperação econômica, social, cultural, jurídica e técnico-científica, além da promoção e difusão da língua portuguesa.

O português é a terceira língua do Ocidente, ficando atrás do inglês e do espanhol. Representa a sétima língua do mundo, falada por duzentos milhões de pessoas. Contudo, nos Palop – países africanos de língua oficial portuguesa – a língua é um problema que dificulta a identificação da CPLP, devido aos inúmeros dialetos e línguas nacionais. Além disso, há aproximação de países da Comunidade, como Moçambique e Guiné-Bissau, com a língua oficial de outras Nações, sobretudo o Inglês e o Francês. Aproximação que lhes proporcionam resultados práticos em termos comerciais e diplomáticos.

Para o escritor moçambicano Mia Couto (2015, p. 113), a língua suscita dúvidas, de acordo com as questões que levantou quando da criação da CPLP.

Deseja-se impor aos Palop a língua portuguesa? O que está em perigo, de fato, não são as línguas africanas faladas há séculos naqueles países? De que maneira se poderá dar empregos aos jovens que fogem de guerras, recrutamentos forçados, crises sociais e econômicas, utilizando a língua portuguesa como um instrumento de afirmação de identidade, cidadania e bem estar econômicos?

Ao discorrer sobre a língua portuguesa e estratégias para a sua consolidação comunitária, no mundo globalizado e condicionado por poderes que transcendem as nações isoladas, Reis (2005, p.36) levanta dúvidas quanto à solidez de um espaço comunitário vinculado à identidade linguística, considerando “manifestações de dispersão e de diferenças tão legítimas quanto dignas de alguma atenção, talvez de preocupação”. Nesse sentido, aponta como exemplo o texto “Língua” de Caetano Veloso, que representa “específica e popular forma de se afirmar um Brasil culturalmente emancipado e até lingüisticamente confrontado com a antiga metrópole”. Esclarece o confronto porque é “capaz de se colocar de frente para o Outro que ele agora encara como tal, assumida que está uma identidade que justamente legitima a confrontação com uma entidade *outra* e o diálogo possível com ela”.

Confronto linguístico que se dá até mesmo entre os nacionais de um país do espaço lusófono, a exemplo do que aconteceu em abril de 2002, durante o V Lusocom – Congresso de Ciências de Comunicação dos Países de Língua Portuguesa – na cidade de Maputo, capital de Moçambique. Naquele evento acadêmico, quando foi criada a Escola de Comunicação e Artes, vinculada à Universidade Eduardo Mondlane, uma das questões discutidas entre os participantes foi o impasse linguístico, ou seja, em que língua (ou dialeto) ministrar as disciplinas e difundir a comunicação: a “imposta” ou as locais?

Nos antecedentes históricos da CPLP está o passado de trocas entre Portugal (metrópole) e suas colônias no Brasil e em África portuguesa. No século XIX, D. João VI criou a Comunidade Luso-Brasileira, vinculando Portugal, suas possessões ultramarinas e o Brasil recém independente. No século XX, no Brasil, destacaram-se manifestações de Sílvio Romeiro em favor da Federação Luso-Brasileira. Em 1953, foi assinado o Tratado de Amizade e Consulta entre Brasil e Portugal. Até então, as relações se restringiam entre Brasil e Portugal, de forma sentimental, com ênfase ao intercâmbio comercial e preservação de interesses.

A Revolução dos Cravos, em Portugal, em abril de 1974, e a independência das colônias portuguesas, no continente africano, em 1975, mudaram as perspectivas tanto do Brasil quanto de Portugal.

Do intercâmbio Norte/Sul (Portugal / Brasil), no sentido vertical, as perspectivas comunitárias foram ampliadas para a conexão triangular: Europa, América Latina, África, com possibilidades maiores para o intercâmbio entre o Brasil e os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

Embora a queda do salazarismo em Portugal e a conseqüente independência das colônias portuguesas em África, em meados da década de 70, tenham diluído o ranço colonialista, os africanos continuaram a conviver com a guerra. O acordo com o inimigo colonizador acendeu rivalidades internas. A independência concedida na mesa de negociações no Alvor (região do Algarve, sul de Portugal) acirrou o confronto bélico entre os nacionais, promovido por movimentos em disputa pelo poder: em Angola, Unita (oposição) e MPLA (governo); em Moçambique, Renamo (oposição) e Frelimo (governo).

Por outro lado, a redemocratização do Brasil, em meados de 80, viabilizou as relações com os países africanos de expressão portuguesa, propiciando as bases para o alcance da CPLP. Contudo, ainda permanece, no início desse século XXI, o desconhecimento brasileiro a respeito da história e da realidade contemporânea do continente africano.

Para Saraiva (1994) somente com a diminuição gradativa da ignorância em relação à África, processo tão ou mais moroso que o tráfico negreiro, o Brasil poderá traçar metas concretas de trabalho conjunto com os Palop. Portanto, fundamental é o conhecimento apurado da realidade brasileira e africana para que se possam traçar estratégias coerentes, a fim de que se estabeleçam ações permanentes de cooperação recíproca.

Como afirma Mourão (1994), “a vertente lingüística, tratada isoladamente, ou simplesmente acrescida de fatores ideológicos de raiz histórica, não é suficiente, embora seja primordial, como fator do processo integrativo, sob pena, mesmo, de resvalar para o tradicional discurso retórico”.

A formação da CPLP deve ser considerada no contexto das tendências de regionalização e globalização. No cenário da comunidade lusófona, alguns países membros participam de blocos regionais, como Portugal, da União Européia; Angola e Moçambique, da SADC (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral); e o Brasil, do Mercosul.

Essas participações, que facilitam o diálogo inter-regional, permitem a atuação da CPLP de forma coordenada, favorecendo a entrada de seus sócios em outros palcos do cenário internacional, especialmente em órgãos multilaterais.

A África lusófona, explica Saraiva (1996), em busca da estabilidade política, do crescimento econômico e, principalmente, de condições dignas para sua população no que respeita às vertentes da educação e saúde, precisa do apoio dos 2 para o equilíbrio democrático do que chamam “2+ 6”, ou seja, Brasil e Portugal de um lado, os africanos e o asiático de outro.

Nesse sentido, da parte brasileira, justifica-se o trabalho da Universidade Católica de Santos, por meio de projetos acadêmicos que, com certeza, permitirão aproximar os membros da CPLP para conhecimento recíproco. Conhecer o sujeito que está diante de nós ou em outro continente implica desvencilhar-se dos mitos e estereótipos. Assim, será possível fortalecer a nossa identidade, permitindo que, juntos, façamos do mundo uma comunidade mais justa, apesar das diferenças, inclusive lingüística, na “aldeia global” do século XXI.

Considerando-se o exposto acima, o critério de escolha de três Instituições de Ensino Superior da CPLP para o desenvolvimento de projeto conjunto foi o seguinte: além da Universidade Católica de Santos, proponente da pesquisa, duas outras de continentes diferentes que tenham convênio de cooperação acadêmica com a Instituição de Ensino Superior santista. Assim, fazem parte desse estudo comparado a Universidade Católica de Santos (Brasil), a Universidade Católica Portuguesa (Portugal) e a Universidade Eduardo Mondlane (Moçambique), que passam a ser designadas como UniSantos, UCP e UEM, respectivamente.

O trabalho compreende três áreas do conhecimento, de acordo com a formação dos membros do Grupo de Pesquisa: Comunicação, Nutrição e Relações Internacionais, organizado em três subprojetos.

No primeiro, Cooperação nas áreas de Educação e Cultura, consideramos que no cenário da globalização, que compreende interesses em diferentes vertentes, há que se estabelecer estratégias de cooperação, sobretudo entre os países periféricos, como os integrantes da CPLP. Nesse sentido, para a comunidade lusófona a vertente da educação e cultura deve privilegiar projetos de manutenção e promoção da identidade e da personalidade cultural de cada um dos seus membros, proporcionando a penetração de elementos culturais exógenos nos lugares mais distantes. Contudo, tais projetos não podem ser “exclusivistas, demagógicos e irrealistas”, como aconselha Mourão (1994).

A força da CPLP, de acordo com Saraiva (1996), só terá resultado produtivo se exercida no concerto harmônico dos países componentes da comunidade lusófona, pois “tomada isoladamente, é mínima, mas potencializa-se com as múltiplas inserções dos países membros em quatro continentes e várias organizações internacionais”.

Tais concepções nos levaram a pesquisar o resultado produtivo do “Acordo de Cooperação entre Instituições de Ensino Superior dos Países Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa”, assinado em 17 de Julho de 1998, na cidade da Praia, em Cabo Verde, pelo Governo de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal (anexo 01).

Nesse documento destacamos a pertinência com a nossa proposta, no que respeita à cooperação nas áreas da Educação e Cultura entre as três universidades, localizadas nos países membros da CPLP. Assim, no Artigo 1º consta que “os Estados membros promoverão a cooperação entre instituições de ensino superior mediante actividades de apoio à educação e cultura, à pesquisa e ao desenvolvimento científico e tecnológico”. Quanto aos objetivos do Acordo, Artigo 2º, há pertinência com o que pretendemos alcançar, na medida em que propõe “planejamento, implementação e desenvolvimento de projetos comuns” e “conhecimento mútuo dos sistemas de ensino superior”. Da mesma forma, o documento indica no seu Artigo 3º o desenvolvimento de atividades para atingir os objetivos propostos, coincidentes com a nossa metodologia de trabalho, ou seja; “elaboração e execução conjunta de projectos de pesquisa” e “troca de documentação e publicação dos resultados das pesquisas realizadas conjuntamente”.

Mas, vinte e um anos depois da assinatura desse Acordo de Cooperação, o que de concreto foi realizado? Que atividades de apoio à educação e cultura foram desenvolvidas entre as três universidades referidas acima? Diante dessa problemática de pesquisa, pressupomos que pouco ou quase nada aconteceu nessas duas áreas, fundamentais para o desenvolvimento da sociedade, sobretudo em países periféricos no contexto dos três continentes: América, África e Europa.

Nesse sentido, reiteramos que o nosso objetivo para a realização desse trabalho coincide com o documento da CPLP, ou seja, contribuir para a “consolidação de uma comunidade consciente da importância da educação e do valor da língua comum”, considerando a língua como expressão da cultura e patrimônio dos povos lusófonos.

Ao justificar o desenvolvimento desse trabalho, consideramos a sua importância tanto no âmbito social, acadêmico e pessoal, pois representa o passo inicial para a aproximação entre membros de uma comunidade “desejosos de dinamizar a cooperação entre as instituições de

ensino superior, com vista à valorização dos recursos humanos nos Estados membros”, como está registrado na abertura do referido Acordo de cooperação.

O segundo subprojeto – Formação de jornalista: currículo e educação inclusiva – procura estabelecer comparação entre as três universidades, no período 2008 a 2018, a fim de proceder à avaliação do impacto do mundo *online* no jornalismo, com foco na formação profissional. Procura também conhecer o procedimento nas três Instituições de Ensino Superior para a inclusão no curso de alunos portadores de deficiências.

No final da década de 90 do século passado, estudiosos já previam o desafio da Internet para o campo da informação. Assim, Agostini (1997, p. 26) previu que “as novas redes da comunicação” modificariam “em profundidade a pesquisa, a produção e a difusão da informação”. No mesmo sentido, Fulton (1996, p. 20) considerou o “desafio histórico do jornalismo para se adaptar a um novo meio, quer as pessoas se relacionem com ele através do ecrã do televisor, do monitor do computador ou qualquer novo híbrido”. Assim, aconselhou que “todos os jornalistas – mesmo os mais tecnofóbicos – precisam entender como os sistemas de comunicação digitais estão a desafiar, quer os modelos de negócio, quer as convenções jornalísticas herdadas de outras eras de inovação tecnológica”.

Desafio também para o curso de jornalismo das universidades, responsável na formação de profissionais que, no futuro, irão recorrer à Internet, deparando com o conjunto de questões a equacionar, ramificadas em fatores de ordem técnica, ética e jurídica. Além desses desafios frente às novas tecnologias da comunicação, há outro de aspecto humanístico, ou seja, encontrar caminhos para a inclusão no curso de alunos com necessidades especiais. Seja por falhas na tradução de documentos, como referido por Bueno (2000), ou emprego indevido da expressão *necessidade especial* e *necessidade educacional*, segundo Carvalho (2010), a inclusão geralmente está associada somente aos portadores de patologia clínica e as instituições de ensino não consideram como deficientes os alunos que apresentam problemas para a aprendizagem, o que acabam por estigmatizá-los, segundo Goffman (1988), inviabilizando a real inclusão.

Nesse sentido, formulamos as seguintes questões como problemática desse subprojeto de pesquisa: como se procede à formação do jornalista diante do impacto do mundo *online*? Que alterações no currículo do curso de Jornalismo foram realizadas nos últimos dez anos? Qual a relação entre os componentes curriculares teóricos e práticos? Que projetos laboratoriais há no curso? Como proceder para a inclusão no curso de alunos portadores de necessidades especiais?

A premissa de trabalho é de que o encontro entre o jornalismo e o ciberespaço, assim como a presença de alunos com necessidades especiais propiciam o desencadeamento de alterações significativas no currículo do curso de jornalismo, com reformulação de determinadas práticas, tanto no ensino quanto na pesquisa e extensão. Assim, pressupomos que no curso de jornalismo das três universidades em pauta haja equilíbrio entre teoria e prática, relação entre projetos laboratoriais e conteúdos das disciplinas teóricas, assim como atenção às necessidades especiais de alunos para que sejam incluídos no ambiente universitário.

O objetivo desse subprojeto é proporcionar elementos para se refletir sobre as condições académicas na formação de jornalistas, inclusive a inserção de alunos com necessidades especiais, a fim de que possam concluir seus estudos capazes de enfrentar os desafios da sociedade moderna, permeada de avanços e retrocessos, tanto no âmbito tecnológico quanto no relacionamento humano.

Apesar da língua oficial comum entre as três universidades, elas estão inseridas em contextos diferentes, marcadas por culturas diferentes, elementos que devem ser considerados ao se proceder a estudo comparativo sobre qualquer aspecto da sociedade. Sendo assim, justificamos o desenvolvimento desse subprojeto por constituir contributo importante tanto para a academia quanto para a sociedade, bem como para os envolvidos no trabalho, pois o jornalismo, como mediação entre sujeitos e a realidade, transmite conhecimentos, podendo romper estereótipos e abrir caminhos para a proximidade entre membros da CPLP.

Quanto ao terceiro subprojeto – Alimentação no espaço universitário – partimos da concepção de Poulain (2006, p. 53) de que “o alimento não é um produto de consumo banal, ele é incorporado”. Explica que, ao entrar no corpo da pessoa, o alimento “torna-se o próprio comedor”, porque “participa física e simbolicamente da manutenção de sua integridade e da construção de sua identidade”. Na visão desse autor, “comer é também um ato que religa o homem à natureza, ao real”. E justifica a sua preocupação quanto à origem, a transformação e a manipulação dos alimentos.

A cozinha e as maneiras à mesa de uma sociedade são uma maneira original de regular as relações entre a natureza e a cultura. Industrializada, a alimentação suscita questões que podem rapidamente transformar-se em angústias. De onde ela vem? Que transformação ela sofreu? Por quem foi manipulada?

Considerando que nas três Instituições de Ensino Superior em análise há refeitório para atender ao seu público interno, professores, alunos e funcionários, procedemos à análise da “comida como cultura” (Montanari, 2008), a partir da relação entre os alimentos servidos nos refeitórios das universidades referidas com as culturas locais, no caso as culturas do Brasil, de Portugal e de Moçambique.

Para Montanari (2008, p. 16), a relação da comida com a cultura transparece no momento da preparação e do consumo.

Comida é cultura *quando preparada*, porque, uma vez adquiridos os produtos-base da sua alimentação, o homem os transforma mediante o uso do fogo e de uma elaborada tecnologia que se exprime nas práticas da cozinha. Comida é cultura *quando consumida*, porque o homem, embora podendo comer de tudo, ou talvez justamente por isso, na verdade não come qualquer coisa, mas *escolhe* a própria comida, com critérios ligados tanto às dimensões econômicas e nutricionais do gesto quanto aos valores simbólicos de que a própria comida se reveste. Por meio de tais percursos, a comida se apresenta como elemento decisivo da identidade humana e como um dos mais eficazes instrumentos para comunicá-la.

Além do objetivo geral desse subprojeto, ou seja, relacionar os alimentos servidos no refeitório das três universidades com as culturas nacionais, especificamente procuramos traçar o perfil desse setor da alimentação coletiva nos *campi* universitários, justificando a sua importância como contributo nos âmbitos social, acadêmico e pessoal, pois cada vez mais as pessoas fazem as suas refeições fora do espaço domiciliar, conseqüência da vida moderna, o que implica nos cuidados devidos à alimentação saudável.

DESENVOLVIMENTO

1. Metodologia

Para o desenvolvimento dos três subprojetos os membros do Grupo de Pesquisa apuraram os dados referentes à UniSantos, de acordo com suas áreas de formação: Relações Internacionais (cooperação acadêmica), Comunicação (formação de jornalistas), Nutrição (alimentação no espaço universitário), conforme o **anexo 02**. As duas integrantes da área de Direito participaram no subprojeto 01 (a doutoranda) e no subprojeto 02 (a mestranda).

O passo metodológico inicial consistiu no envio do projeto ao Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas – IPECI – da UniSantos para registro e aprovação, em maio de 2018. Em seguida, estabeleceu-se contato da líder do Grupo de Pesquisa Comunicação e Cidadania com seus pares das universidades moçambicana e portuguesa, a fim de proceder ao levantamento das informações. Para tanto, foi enviado o Projeto de Pesquisa, explicitando os três subprojetos, às duas universidades parceiras, bem como para a então Secretária Executiva da CPLP Maria do Carmo Silveira. Enquanto aguardava as informações da UCP e da UEM, o Grupo de Pesquisa procurou contextualizá-las em breve histórico, conforme Anexo 03, e levantar as informações referentes à UniSantos.

Dos dados solicitados às duas universidades estrangeiras (anexo 04), recebemos apenas informações referentes à Educação Inclusiva do curso de Licenciatura em Jornalismo da Escola de Comunicação e Artes da UEM, enviadas pelo Prof. Dr. Ernesto Nhatsumbo. A Secretária Executiva da CPLP não respondeu ao nosso pedido de parecer sobre o projeto.

Assim, em novembro de 2018, aproveitando o desenvolvimento de atividades acadêmicas em Portugal e a apresentação de artigos em dois congressos internacionais em Moçambique, a líder do Grupo de Pesquisa realizou trabalho de campo sobre os subprojetos na UCP e UEM, mas não conseguiu contato com membros da CPLP, em Lisboa. O trabalho teve início em maio de 2018, sendo concluído em março de 2019.

2. RESULTADOS E DISCUSSÃO

2.1 Cooperação acadêmica

Entre os países com os quais a UniSantos tem acordo de cooperação acadêmica estão Portugal e Moçambique. No primeiro país, o acordo firmado com a UCP, em 2004, prevê mobilidade acadêmica anual de dois alunos brasileiros do curso de Comunicação Social, sem pagamento das taxas acadêmicas. Esse acordo vigorou até 2010, tendo sido renovado com a inclusão de outras atividades em conjunto, como seminários, cursos, desenvolvimento de projetos entre grupos de pesquisa, além de mobilidade de professores, pesquisadores e alunos de outros cursos, por meio de protocolos regulamentares. Nesse acordo está prevista a renovação automática trienal, se não houver intenção de uma das partes para encerramento.

No âmbito desse acordo, houve apenas mobilidade discente da UniSantos para a UCP: um aluno em 2006 e cinco alunos em 2017, segundo informação do IPECI / UniSantos, acrescentando que nesse Instituto “não há registro de mobilidade docente e projetos de pesquisa cadastrados” entre as duas universidades da CPLP.

Contudo, a Assessoria em Relações Internacionais da UniSantos solicita anualmente aos seus docentes informação sobre a participação em eventos acadêmicos externos, nacionais e internacionais, considerando-os como mobilidade acadêmica. Nesse sentido, essas deslocamentos, geralmente por iniciativa do professor e assumindo as despesas, devem ser consideradas como mobilidade docente, bem como produção acadêmica, tanto para o professor quanto para a Instituição.

No que respeita a Moçambique, a UniSantos assinou convênio de cooperação acadêmica com a UEM em 2000, tendo como objetivo principal estimular pesquisas conjuntas de interesse comum, bem como promover intercâmbio entre alunos da graduação e pós-graduação, assim como entre docentes das duas Instituições de Ensino Superior. O documento prevê a criação de plano de trabalho trienal a ser aprovado pelos reitores das duas universidades. Com relação à mobilidade dos estudantes, não serão cobradas taxas acadêmicas, cabendo aos discentes pagar o custo da viagem, alojamento e alimentação. No que diz respeito à mobilidade docente, cabe aos reitores formalizar o convite com condições estipuladas caso a caso. Aos professores será disponibilizado alojamento, caso a instituição disponha de recursos. Na cláusula sexta desse Convênio consta o “intercâmbio de informação”, em que cada instituição se compromete a disponibilizar, periodicamente, o guia com programas, cursos e afins, lista do corpo docente, áreas de estudo, trabalho e teses publicadas. A duração do convênio é de quatro anos, renovável automaticamente, salvo manifestação de uma das partes seis meses antes da renovação.

De acordo com informação do IPECI / UniSantos, não há registro de mobilidade discente e docente, bem como projeto de pesquisa, no âmbito do convênio de cooperação entre a UniSantos e a UEM.

Contudo, há de se observar que, em junho de 2005, a Pró-Reitoria Acadêmica da Universidade Católica de Santos, atendendo pedido da Universidade Eduardo Mondlane, encaminhou para análise e decisão da universidade moçambicana o projeto de pesquisa “Ações integradas de Educação e Comunicação em Saúde para a Prevenção do HIV/SIDA”, no âmbito de cooperação entre as duas Instituições de Ensino Superior de países de língua portuguesa, visando à capacitação de agentes multiplicadores de saúde, incorporando novas práticas culturalmente apropriadas na luta contra a doença, bem como organização e coordenação de serviços e programas de prevenção de HIV/SIDA nas escolas públicas secundárias da cidade de Maputo.

Apesar do encontro entre a equipe brasileira e o representante da UEM, membro do Grupo de Activistas Anti-SIDA/DTS, para o desenvolvimento desse projeto, previsto para o período de agosto/2005 a agosto/2006, o trabalho não foi realizado, porque a universidade moçambicana não respondeu à proposta da UniSantos. Mas, o mesmo deve ser registrado como projeto em parceria entre as duas Instituições de Ensino Superior. O mesmo acontece com o projeto que deu origem a esse artigo, que foi cadastrado no IPECI / UniSantos, em maio de 2018, para o desenvolvimento de pesquisa integrada com a UCP e UEM.

Quanto à mobilidade docente, no âmbito dessa cooperação, há que se registrar a presença do representante moçambicano na UniSantos para o desenvolvimento do projeto referido acima e a participação de uma docente brasileira quando da criação da Escola de Comunicação e Artes na UEM.

2.2 Formação de jornalista e Educação Inclusiva

Para o Coordenador do curso de Jornalismo e Diretor do Centro de Ciências da Educação e Comunicação (CCEC) da UniSantos, Prof. Me. Paulo Roberto Börnsen Vibiam, “é importante deixar claro que jornalista não é um cientista social. É, sim, um profissional que lida com técnicas e linguagens (oral, escrita, gráfica e imagética) para informar a sociedade”. Assim, esclareceu que o curso de Jornalismo da UniSantos visa à “preparação de seus egressos, que devem desenvolver capacidades gerais e específicas durante o processo de formação, voltadas para o campo abrangente do Jornalismo, com suas técnicas pertinentes ao exercício

profissional e para o aprofundamento à formação na área da Comunicação”. A partir dos projetos laboratoriais existentes no curso, há o desenvolvimento de Projetos Estruturantes, que reúnem em sua produção estudantes dos cursos de Jornalismo, Publicidade e Propaganda e Relações Públicas. Para o Prof. Paulo Börnsen, o estágio constante da grade curricular é “outro campo de articulação fundamental entre a teoria e a prática”, em que o aluno terá a oportunidade de participar e proceder à análise crítica de situações reais de trabalho, na sua área de formação.

No que diz respeito à Educação Inclusiva, o respondente ao nosso questionário garantiu que a UniSantos atende aos alunos que necessitam de apoio, tanto no caso dos que apresentam necessidade física, que demandam garantias de acessibilidade arquitetônica, respeitando a legislação; quanto os que apresentam dificuldades de aprendizagem, “como os que se enquadram no espectro autista”. No segundo caso, há nessa Instituição de Ensino Superior o Departamento de Apoio Pedagógico, Psicológico e Social (DPS), constituído por equipe multiprofissional, “que dá suporte aos estudantes, professores e funcionários administrativos”. Além disso, a universidade disponibiliza para toda a comunidade acadêmica os programas de extensão “Educação em Foco” e “Educar na Diversidade”, com duas palestras por mês, onde são debatidos temas como Educação Inclusiva. Informou ainda que o Centro de Ciências da Educação e Comunicação (CCEC) lançou recentemente o curso de Especialização em Educação Inclusiva.

Na UCP, entrevistamos a Profa. Dra. Cátia Sofia Afonso Ferreira, Coordenadora da Licenciatura em Comunicação Social e Cultural, da Faculdade de Ciências Humanas, a respeito das questões levantadas nos subprojetos de pesquisa.

No tocante à formação de jornalista, a entrevistada lembrou a Declaração de Bolonha, que criou o Espaço Europeu do Ensino Superior na União Europeia, em 1999, tendo como uma das ações/objetivos “implementação de um sistema baseado em duas fases: a graduação (duração mínima de 3 anos) e a pós-graduação (graduação é pré-requisito)”. Como membro desse Espaço, Portugal adaptou-se às novas exigências no Ensino Superior.

A Licenciatura em Comunicação Social e Cultural da UCP está organizada em quatro variantes de especialização, que funcionam em articulação, de modo a garantir a interdisciplinaridade. São eles: Comunicação Social/Jornalismo, Comunicação Organizacional, Comunicação Cultural, Comunicação Visual. A partir de 2013, a licenciatura que tinha cinco anos de duração passou a ser ministrada em três anos, com disciplinas do tronco comum, de especialização e optativas, no decorrer do curso. As disciplinas de especialização em Comunicação/Jornalismo são as seguintes: Organização Organizacional, Comunicação Política, Comunicação Radiofônica, Comunicação Televisiva, Gêneros Jornalísticos, Infografia/Webdesign, Jornalismo de Investigação. Como complemento da formação teórica e prática, os alunos podem optar por frequência em outras disciplinas que tenham interesse, podendo ser em cursos de Licenciatura da Faculdade de Ciências Humanas, outras faculdades da UCP, ou ainda em universidades estrangeiras, em período de intercâmbio.

De acordo com a entrevistada, o Curso de Jornalismo da UCP é mais teórico do que prático. Ela defende a diminuição das disciplinas optativas para aumentar as práticas, preferidas pelos alunos, embora considere que o mercado de trabalho valoriza a teoria. Nesse sentido, informou que a relação com o mercado de trabalho dá-se por meio do estágio facultativo, atualmente realizado em emissoras de rádio e televisão.

No que diz respeito aos alunos portadores de deficiências, a entrevistada informou que o assunto contempla “estudo caso a caso”, pois “não há programas específicos” na UCP,

mas cumpre a legislação vigente sobre acessibilidade, ou seja, obrigatoriedade de rampas nos *campi*.

Quanto à UEM, as informações sobre o Curso de Licenciatura em Jornalismo da Escola de Comunicação e Artes foram recolhidas por meio de observação no campus, conversa informal com alunos e professores, bem como dados da comunicação apresentada no congresso da Lusocom, como já referido.

Na comunicação sobre o ensino de Jornalismo nos Países Africanos de Língua Portuguesa, o professor Edwin dos Santos Carvalho, com base em sua pesquisa de doutorado, afirmou que, em Moçambique, não há diretrizes curriculares nacionais, que nos dois primeiros anos do curso a grade curricular consiste de tronco comum com disciplinas de conhecimentos gerais, como Economia, Política, Direito, Estatística, Cultura, Sociologia, Línguas Estrangeiras (Inglês e Francês) e Línguas Nacionais; que o curso tem influência de Portugal e do Brasil; que há forte presença feminina em sala de aula, mas prevalece a presença masculina nas redações dos meios de comunicação social; que na formação do jornalista a lógica está no saber fazer, pois as disciplinas práticas começam no primeiro ano do curso; que a ênfase no curso está no ensino, em detrimento da pesquisa e da extensão; que os equipamentos dos laboratórios foram adquiridos em parceria com organismos internacionais, como a USAID (órgão do governo dos Estados Unidos para ajuda externa de caráter civil) e UNICEF (órgão das Nações Unidas para promover a defesa dos direitos das crianças).

No que concerne à Educação Inclusiva, os dados abaixo foram encaminhados, via e-mail, pelo diretor desse curso, Prof. Dr. Ernesto Nhatsumbo, sendo a única informação referente aos três subprojetos, como já referido. De acordo com a informação, a UEM considera deficientes alunos com atrofia nos membros superiores ou inferiores, bem como dificuldade de visão e audição. Segundo Nhatsumbo, “atualmente está matriculado no Curso de Licenciatura em Jornalismo um aluno com deficiência motora em um dos membros inferiores”. No *campus* da instituição não há rampas, apenas máquinas para escrita em braile (linguagem de sinais), com poucos docentes treinados para trabalhar com estudantes portadores de deficiência visual, mas somente na Faculdade de Educação. Não há Programa de Inclusão na universidade, os alunos com baixo rendimento nas disciplinas são acompanhados por docentes para recuperação, por meio de estratégia individual, pois não são orientados para a Educação Inclusiva.

A Educação Inclusiva, na perspectiva dos Direitos Humanos, segundo Reis (2019, p. 115), “ultrapassa o direito de aprendizagem, sendo instrumento para a consecução de outros direitos”. Sendo assim, considera que as Instituições de Ensino têm “a obrigação de formar integralmente as pessoas, com respeito às necessidades específicas de cada uma, por meio de metodologia diferenciada e de avaliação humanizada”.

2.3 Alimentação no espaço universitário

Na UCP, campus Lisboa, no prédio da Faculdade de Ciências Humanas, onde funciona o curso de Jornalismo, o que mais nos chamou a atenção foi o grande outdoor, no meio da cantina, com o anúncio “Telepizza”. No meio da manhã, intervalo das aulas, os alunos consumiam: bolo, sanduiche (não natural), pizza, café e refrigerante. Na hora do almoço, a cantina ficou cheia. Muitos alunos traziam marmita com a refeição preparada em casa. Ao lado do balcão, onde é servida a refeição, um cartaz estampava a “ementa” (cardápio) com o preço dos pratos dividido em duas partes: Refeição Social e Refeição para Convidado. A diferença é significativa, sendo que a primeira é, aproximadamente, R\$10,00 mais barata que a segunda.

Abaixo do cardápio da refeição, a observação de que “todos os pratos são guarnecidos com batata, arroz e salada, com exceção das massas”. Na cantina, administrada por uma empresa privada, “Eurest Portugal”, como consta na fatura simplificada que recebi ao pagar o almoço, não há nutricionista, segundo informação da Profa. Dra. Cátia Sofia Afonso Pereira, nossa entrevistada na UCP, considerando que “a alimentação é pesada” e que, “ultimamente passaram a servir frutas na refeição, por exigência dos alunos”.

No *campus* da UEM, em conversa com os alunos, tomamos conhecimento de que há somente uma cantina para estudantes, onde a refeição servida tem influência da alimentação portuguesa (batata, pão, carne, peixe) com algumas variações de pratos nacionais à base de farinha de mandioca e folhas de vegetais cozidas com leite de amendoim.

Quanto à UniSantos, tanto a observação participante quanto a aplicação de questionário e do roteiro de inspeção das boas práticas em estabelecimentos comerciais de alimentos e serviços de alimentação (Portaria nº 5/2013, do Conselho de Vigilância Sanitária - CVS), foram realizadas na cantina do *campus* Dom Idílio José Soares, onde funciona o curso de Jornalismo. Administrada por particular, a cantina funciona das 7h às 22h30, com serviço permanente de lanche, almoço e buffet, no meio e final da tarde.

No decorrer do ano letivo de 2018, foi aplicado o roteiro de inspeção do CVS na cantina, avaliando os quesitos: higiene e saúde dos funcionários, qualidade sanitária da produção de alimentos, higienização das instalações e do ambiente, suporte operacional, qualidade sanitária das edificações e das instalações, documentação e registro das informações. O resultado apontou alguns itens que não estavam em conformidade com as exigências do CVS.

Sobre o questionário aplicado entre os comensais na cantina (alunos, professores e funcionários), o resultado demonstrou que a maioria, que faz pelo menos uma refeição no estabelecimento, demonstrou insatisfação quanto ao preço, considerando desproporcional à quantidade de alimento servido; ao cardápio, com muitos produtos industrializados, alimentos com muito sal e açúcar, molho e fritura. Os respondentes sugeriram a inserção no cardápio de alimentos mais saudáveis, como legumes, verduras e frutas. Segundo a nutricionista da cantina, o cardápio é preparado de acordo com os produtos disponíveis no dia.

Após tomar conhecimento do resultado decorrente da aplicação do roteiro de inspeção do CVS, a administradora da cantina informou às alunas de Nutrição, em dezembro de 2018, que estava corrigindo os itens apontados como não conformes com as boas práticas no estabelecimento e serviços de alimentação e que, a partir de março de 2019, a nutricionista será a responsável técnica do estabelecimento.

Como no espaço universitário nem sempre os alimentos e sua preparação são saudáveis, a Profa. Dra. Renata Doratioto Albano, nutricionista, membro do Grupo de Pesquisa Comunicação e Cidadania, recomenda, para quem leva a alimentação de casa, que lanches e refeições sejam mantidos em temperatura fria, acondicionados em bolsa térmica.

Entre os alimentos saudáveis para o lanche aponta: pão integral; queijo branco, ricota ou cottage; frutas frescas ou suco de fruta natural; cereal integral, como aveia ou granola, de preferência sem adição de açúcar; iogurte natural acrescido de linhaça ou chia; mistura de sementes oleaginosas (amendoim, castanha do Pará, de caju, nozes, amêndoa, sem adição de sal; frutas secas sem adição de açúcar, como ameixa, uva passa, damasco, cramberry.

Para almoço ou jantar, a alimentação saudável recomendada deve ser composta de: arroz, de preferência integral, podendo ser substituído por macarrão, de preferência ao sugo, ou batata (cozida ou purê); feijão ou outra leguminosa, como grão de bico, ervilha, lentilha ou soja; verduras (alface, agrião, rúcula, repolho, acelga, couve etc.); legumes (cenoura, beterraba,

pepino, tomate, abobrinha, vagem, berinjela etc.); carne magra (grelhada, assada, cozida); peixe, frango, ovo (cozido, mexido ou omelete); fruta como sobremesa. Recomenda evitar fritura, milanesa ou dorê, molho ou preparação do alimento com creme de leite.

Segundo a nutricionista, o ideal é fazer refeição em pequena quantidade e não permanecer mais que três ou quatro horas de estômago vazio. Evitar alimento gorduroso e fritura, excesso de sal e açúcar, doce, refrigerante, biscoito recheado. Consumir em média entre 1,5 a 2 litros de água por dia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na viagem real e metafórica (IANNI, 2000, pp. 11-31), que constitui a trajetória discursiva desse artigo, vencemos o tempo de espera, a distância geográfica, a diferença climática e as limitações econômicas, para contribuir com a cooperação acadêmica entre Instituições de Ensino do espaço lusófono. Contudo, há uma questão que se impõe antes de tecer considerações sobre o resultado dessa caminhada: como compreender o silêncio?

Nesse sentido, na perspectiva discursiva, ao refletir sobre o silêncio a respeito do que solicitamos para o desenvolvimento dos subprojetos de pesquisa, lembramos o que recomenda Orlandi (1995, p. 49). “Pensar o silêncio é colocar questões a propósito dos limites da dialogia. Pensar o silêncio nos limites da dialogia é pensar a relação com o Outro como sendo uma relação contraditória”.

Consideramos que pensar a relação com o Outro é compreendê-lo em sua historicidade, em seus contextos, sobretudo o político. Assim, as meias respostas e as não respostas às informações solicitadas nos remetem à política do silêncio que, segundo Orlandi (1995, p. 75), “se define pelo fato de que ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada”. No recorte entre o que se disse e o que não se disse a respeito das questões colocadas às Instituições de Ensino Superior da CPLP compreendemos a política do silêncio, ou seja, “o não-dito necessariamente excluído [...], determinando conseqüentemente os limites do dizer” (ORLANDI, 1995, p. 76).

Limites, por exemplo, para a cooperação acadêmica, pois falta divulgação devida no meio acadêmico sobre as possibilidades estabelecidas nos convênios firmados entre as Instituições de Ensino Superior.

As duas universidades estrangeiras contempladas nesse estudo, embora conveniadas com a UniSantos, não se referiram a esse assunto, em resposta ao nosso questionamento. Contudo, em conversa informal com alunos de Jornalismo da UCP e da UEM constatamos que eles desconhecem o convênio de suas universidades com a UniSantos.

Embora a UniSantos entenda “que a cooperação já existente com estas universidades pode ser mais exploradas por meio da pesquisa que representa um dos principais pilares no processo de internacionalização entre universidades parceiras”, segundo a Diretora do IPECI, os pesquisadores não contam com o devido apoio institucional. Falta integração entre os grupos de pesquisa e ajuda financeira para o desenvolvimento dos trabalhos. Se a UniSantos considera “que a criação de redes colaborativas compreende uma estratégia eficiente para a perenidade das relações bilaterais entre instituições parceiras”, segundo a fonte referida, a eficiência dessa estratégia deve começar com o fluxo constante de informações no meio acadêmico sobre as oportunidades registradas nos convênios.

A cooperação acadêmica vai além da assinatura de acordo, documento de intenção que, muitas vezes, fica guardado na gaveta das instituições de Ensino Superior. Representa

“intercâmbio científico”, como nos referimos na introdução desse artigo, ao citar a explicação de Gatti (2005, p. 125) a esse respeito. Assim, consideramos que os convênios de cooperação entre universidades devem ser periodicamente revisitados, atualizados e divulgados, servindo como apoio para a interlocução entre os pares. Dessa forma é possível o avanço do conhecimento e “estímulo ao desenvolvimento científico, tecnológico e cultural dos Estados membros” da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, com preconiza o Acordo assinado pelos Governos desses países há 21 anos.

Como entre o dito e o não-dito há espaço de interpretação, “que não se fecha”, porque é “lugar de equívocos, de deslocamentos, de debates, de possíveis”, segundo Orlandi (1995, p. 152), entregamos ao leitor o futuro discursivo da nossa produção atravessada por “outros” discursos.

REFERÊNCIAS

- AGOSTINI, Angelo. Le Journalisme au Défi d’Internet. *Le Monde Diplomatique*, outubro 1997, pp. 26-27.
- BAUMAN, Zygmunt. *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- BUENO, José Geraldo Silveira. As políticas de inclusão escolar: prerrogativa da Educação Especial? In: Bueno, J. G. S; Mendes, G. M. L; Santos, R. A. (Orgs.). *Deficiência e escolarização: novas perspectivas de análise*. Araraquara/SP: Junqueira e Marin; Brasília: CAPES, 2008, pp. 43-63.
- CANCLINI, Nestor Garcia. *Consumidores e Cidadãos*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.
- CARVALHO, Rosita Edler. *Removendo as barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva*. 9ª edição. Porto Alegre: Mediação, 2010.
- COUTO, Mia. In: SARAIVA, José Flávio Sombra. *A África no Século XXI: um ensaio acadêmico*. Brasília: FUNAG, 2015.
- FULTON, Katherine. A Tour of Our Uncertain Future. *Columbia Journalism Review*, março/abril 1996, pp. 19-26.
- GATTI, Bernardete A. Formação de grupos e redes de intercâmbio em pesquisa educacional: dialogia e qualidade. *Revista Brasileira de Educação*, n° 30, Set./Out./Nov./Dez. 2005.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.
- IANNI, Octavio. *Enigmas da Modernidade-Mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. FRAU-MEIGS, Divina, SANTOS, Maria Salet Tauk. (Orgs.). *Comunicação e Informação: identidades e fronteiras*. São Paulo: Intercom, Recife: Bagaço, 2000.
- MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. A CPLP num mundo globalizado. *Jornal de Letras*. Lisboa, n. 628, XI, 9 a 22 nov. 1994.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: no Movimento dos Sentidos*. 3ª ed. Campinas/SP: UNICAMP, 1995.
- ORTIZ, Renato. Práticas de recepção e centralidade da cultura. In: *Novos Olhares*. São Paulo: ECA/USP, ano 2, n. 3, 1º semestre 1999, pp. 31-35.
- POULAIN, Jean-Pierre. *Sociologia da alimentação*. Tradução de Rossana Pacheco da Costa Proença, Carmen Sílvia Rial e Jaimir Conte. Florianópolis: UFSC, 2006.
- RASQUILHO, Rui. *25 poemas brasileiros e uma Saga Lusitana*. Brasília: Thesauris, 1997.
- REIS, Carlos. A língua portuguesa e o princípio da globalização: fronteiras e instrumentos estratégicos. In: *Via Latina Ad Libitum: espaços lusófonos*. Número 2, Série VI, Coimbra / Portugal, Março de

2005.

REIS, Vanessa Vasques Assis dos. *Educação Inclusiva no Brasil sob a perspectiva dos Direitos Humanos: um direito garantido para todas as pessoas?* 2019. 136f. Dissertação (Mestrado em Direito Internacional). Universidade Católica de Santos, Santos.

RESENDE, Fernando. O jornal e o jornalista: atores sociais no espaço público contemporâneo. In: *Novos Olhares*. São Paulo: ECA/USP, ano 2, n. 3, 1º semestre 1999, pp. 17-49.

SARAIVA, José Flávio Sombra. *O lugar da África*. Brasília: UnB, 1996.

SCHWARTZMAN, Simon. O sentido da interdisciplinaridade. In: *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, n. 32, 1992, pp. 191-198.

NOTAS

- ↯ O Grupo de Pesquisa Comunicação e Cidadania, vinculado à Universidade Católica de Santos, criado e cadastrado no CNPq em 2014, agrega professores e alunos de diferentes áreas do conhecimento.
- ↯ Proposta do Prof. Me. Marcelo Luciano Martins Di Renzo, da Universidade Católica de Santos, presidente do Conselho Editorial da UniSantos, Coordenador da Editora Universitária Leopoldianum da UniSantos, presidente da Associação Brasileira das Editorias Universitárias (ABEU), membro do Conselho Consultivo e de Fundadores da Câmara Brasileira do Livro (CBL).
- ↯ Desde que foi criado, em 2014, o Grupo de Pesquisa Comunicação e Cidadania estruturou e desenvolveu os seguintes projetos: “A relação do idoso no cotidiano” (publicado na Revista Leopoldianum, Santos, 2016), “As relações nos transportes coletivos” (apresentado e publicado na Ata do IV Simpósio Internacional sobre Análise do Discurso, UFMG, 2016), “Festas religiosas em dois contextos: Brasil e Portugal” (publicado na Revista Leopoldianum, 2017). Ao lado de professores e alunos da graduação e pós-graduação da UniSantos, participam do Grupo pesquisadores de universidades brasileira e estrangeira.
- ↯ Na Guiné Equatorial, aceita na CPLP em 23 de julho de 2014, por consenso como membro de pleno direito da Comunidade, há três línguas oficiais: o Espanhol, desde 1979, o Francês, desde 1998, e o Português.
- ↯ PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.
- ↯ Para mais informação sobre os Convênios Internacionais da Universidade Católica de Santos, acessar: <<https://www.unisantos.br/internacional/convenios>>. Acesso em 01 set. 2018.
- ↯ Informações prestadas ao Grupo de Pesquisa Comunicação e Cidadania pela Diretora do IPECI – Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas / UniSantos –, via e-mail, pela Profa. Dra. Adriana Florentino de Souza, com base nos dados fornecidos pelo Coordenador da Assessoria em Relações Internacionais, Prof. Dr. Cesar Bargo, em 31 de outubro de 2018.
- ↯ Informação na mensagem referida na nota acima.
- ↯ Em 2002, a professora Benalva da Silva Vitorio, ao participar do V LUSOCOM (Congresso de Comunicação dos Países de Língua Portuguesa), na cidade de Maputo / Moçambique, fez parte da comissão docente para a criação da Escola de Comunicação e Artes da Universidade Eduardo Mondlane, como representante da Universidade Católica de Santos.
- ↯ Os projetos laboratoriais no curso de Jornalismo da UniSantos, nos semestres letivos, são os seguintes: Leitura e Produção Textual I e II, Prática de Jornalismo I e II, Jornalismo gráfico visual I, II, III e IV, Fotojornalismo I e II, Agência Facos I e II, Mídias Digitais I e II, Edição Digital em Audiovisual I e II, Projeto de Jornalismo Digital I e II, Jornalismo de Revista II, Projeto de Jornalismo Impresso I e II (jornal Entrevista), Projeto Laboratorial de Radiojornalismo, Projeto Laboratorial de Telejornalismo. Fonte: Prof. Me. Paulo Roberto Börnsen Vibiam, coordenador do Curso.
- ↯ Entrevista realizada em 20 de novembro de 2018, pela Profa. Dra. Benalva da Silva Vitorio, líder do Grupo de Pesquisa Comunicação e Cidadania / UniSantos.
- ↯ Cálculo com base na cotação do euro no dia da visita, 20 de novembro de 2018.

ANEXO 01

ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DOS PAÍSES MEMBROS DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

Os Governos da República de Angola, da República Federativa do Brasil, da República de Cabo Verde, da República da Guiné-Bissau, da República de Moçambique, da República Portuguesa e da República Democrática de São Tomé e Príncipe:

Considerando os princípios e objectivos enunciados nos Estatutos e na Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), assinados em 17 de Julho de 1996;

Cientes de que a cooperação entre instituições de ensino superior constitui instrumento essencial na consolidação de uma comunidade consciente da importância da educação e do valor da língua comum;

Convictos de que o intercâmbio entre instituições de ensino superior é uma das formas mais proficuas de estímulo ao desenvolvimento científico, tecnológico e cultural dos Estados membros;

Desejosos de dinamizar a cooperação entre as instituições de ensino superior, com vista à valorização dos recursos humanos nos Estados membros;

Tendo em atenção às conclusões da 1ª Conferência dos Ministros da Educação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), realizada em Lisboa, a 24 e 25 de Novembro de 1997;

Decidiram entre si a implementação do presente Acordo:

Artigo 1º

Os Estados membros promoverão a cooperação entre instituições de ensino superior mediante actividades de apoio à educação e cultura, à pesquisa e ao desenvolvimento científico e tecnológico. Para tanto, cada país nomeará um órgão executor no máximo 60 dias após a sua entrada em vigor.

Artigo 2º

1 - O presente Acordo tem por objectivos:

- a) A formação e o aperfeiçoamento de docentes e pesquisadores;
- b) O intercâmbio de informação e experiências;
- c) O intercâmbio de produções científicas, de documentação especializada e de publicações;
- d) O planeamento, implementação e desenvolvimento de projectos comuns;
- e) O conhecimento mútuo dos sistemas de ensino superior.

2 - Os objectivos acima enumerados serão implementados mediante convênios celebrados entre instituições de ensino superior dos Estados membros.

Artigo 3º

1 - Visando atingir os objectivos do artigo anterior, os Estados membros da CPLP promoverão as seguintes actividades:

- a) Intercâmbio de docentes e pesquisadores para a realização de cursos de pós-graduação em instituições de ensino superior;
- b) Intercâmbio de missões de ensino e pesquisa, de docentes e pesquisadores, de curta ou longa duração, com vista ao desenvolvimento do ensino de pós-graduação;
- c) Troca de documentação e publicação dos resultados das pesquisas realizadas conjuntamente;
- d) Elaboração e execução conjunta de projectos de pesquisa.

2 - Tais atividades poderão ser executadas por universidades, centros de pesquisa ou outras instituições de ensino superior, observadas as disposições legais vigentes em cada Estado membro e as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Ministros da CPLP.

Artigo 4º

Os Estados membros envidarão esforços no sentido de facilitar o reconhecimento mútuo, pelas instituições de ensino superior, de títulos, diplomas e certificados, de acordo com as leis vigentes em cada país.

Artigo 5º

Os Estados membros estimularão a assinatura de convênios entre instituições de ensino superior, no sentido de facilitar a equivalência dos diplomas emitidos por estas, de acordo com as leis vigentes em cada país;

Artigo 6º

Cada Estado membro deverá informar os demais Estados de quaisquer modificações verificadas em seu sistema de ensino superior.

Artigo 7º

Os programas e projectos de carácter multilateral, desenvolvidos no âmbito do presente Acordo, serão aprovados pela Conferência de Ministros da Educação da CPLP.

Artigo 8º

1 - As divergências relacionadas com a interpretação ou implementação do presente Acordo serão dirimidas entre os Ministros da Educação da CPLP.

2 - Caso não seja possível dirimir quaisquer divergências por negociação, cada Estado membro poderá solicitar que as mesmas sejam submetidas à decisão do Conselho de Ministros da CPLP.

Artigo 9º

O presente Acordo poderá ser revisto de comum acordo por proposta de um dos Estados membros.

Artigo 10º

1 – O presente Acordo entrará em vigor, para os dois primeiros Estados membros que o ratifiquem ou aprovem, 30 dias após o depósito do segundo instrumento de ratificação.

2 – Para os demais signatários, entrará em vigor no 30º dia após o depósito do respectivo instrumento de ratificação ou aprovação.

Artigo 11º

1 – O Secretário Executivo da CPLP será o depositário do presente Acordo, bem como dos instrumentos de ratificação ou aprovação.

2 – O Secretário Executivo da CPLP notificará aos Governos dos demais Estados membros a data da entrada em vigor do presente Acordo e a data de depósito dos instrumentos de ratificação ou aprovação.

Feito e assinado na Praia, a 17 de Julho de 1998.

Pelo Governo da República de Angola – Antonio Brito da Silva Neto

Pelo Governo da República Federativa do Brasil – Luís Filipe Palmeira Lampreia

Pelo Governo da República de Cabo Verde – José Luís de Jesus

Pelo Governo da República da Guiné-Bissau – Fernando Delfim da Silva

Pelo Governo da República de Moçambique – Leonardo dos Santos Simão

Pelo Governo da República Portuguesa – Jaime José Matos da Gama

Pelo Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe – Homero Jerônimo Salvaterra

Marcolino Moco, Secretário Executivo

ANEXO 02

Membros do Grupo de Pesquisa Comunicação e Cidadania que participaram do desenvolvimento dessa pesquisa:

Profa. Dra. Benalva da Silva Vitorio – docente da graduação em: Enfermagem, Jornalismo, Nutrição, Relações Internacionais - UniSantos

Profa. Dr. José Gabriel Andrade – docente da Universidade Católica Portuguesa e Universidade do Minho - Portugal

Profa. Me. Cláudia Rodriguez Dominguez – docente da graduação em Jornalismo - UniSantos

Prof. Me. Eduardo Rubi Cavalcanti – docente da graduação em Jornalismo – UniSantos

Profa. Me. Isis Helfenstein Remião – docente da graduação em Relações Públicas - UniSantos

Profa. Me. Lidiane do Nascimento Diniz Fernandes Santos de Souza – docente da graduação em Jornalismo - UniSantos

Rosilandy Carina Candida Lapa – doutoranda em Direito - UniSantos

Vanessa Vasques Assis dos Reis – mestranda em Direito - UniSantos

Andrea Santana Bucino – discente do curso de graduação em Nutrição - UniSantos

Gabriel Fonseca Sales – discente do curso de graduação em Relações Internacionais - UniSantos

Isabela Sanches Bonifácio – discente do curso de graduação em Relações Internacionais - UniSantos

Jennifer Freire Pereira – discente do curso de graduação em Nutrição - UniSantos

Latifa Semaan Bessa – discente do curso de graduação em Nutrição - UniSantos

Lígia Vitali Costa – discente do curso de graduação em Relações Internacionais - UniSantos

Maria Eduarda Mato Gonçalves – discente do curso de graduação em Relações Internacionais - UniSantos

Matheus Degásperi Ojea – discente do curso de graduação em Jornalismo - UniSantos

Mayara Santos Bueno – discente do curso de graduação em Relações Internacionais - UniSantos

Maysa Emy Komiyama – discente do curso de graduação em Relações Internacionais - UniSantos

Colaboração

Profa. Dra. Renata Doratioto Albano – docente no curso de graduação em Nutrição, Coordenadora do Ambulatório de Nutrição – UniSantos.

Profa. Dra. Cátia Sofia Afonso Ferreira – Coordenadora da Licenciatura em Comunicação Social, da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa.

ANEXO 03

Contexto das Universidades

A história da Universidade Católica de Santos, Instituição Comunitária de Educação Superior, está ligada à iniciativa da sua mantenedora, Sociedade Visconde de São Leopoldo (SVSL), na cidade de Santos, entidade sem fins lucrativos fundada em 28 de agosto de 1951, sob os princípios da Igreja Católica Apostólica Romana, dando início ao ensino superior na Região Metropolitana da Baixada Santista, que compreende nove municípios do Estado de São Paulo: Bertiooga, Guarujá, Cubatão, Santos, São Vicente, Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém e Peruíbe.

Por iniciativa de D. Idílio José Soares, terceiro bispo de Santos (1943 a 1966), a Sociedade Visconde de São Leopoldo criou o primeiro curso superior na Região, a Faculdade Católica de Direito de Santos, que recebeu autorização oficial para funcionamento em 15 de julho de 1952, Decreto Federal nº 31.134, sendo reconhecida pelo órgão superior da Educação no país em 1955.

Em 29 de dezembro de 1954, foi autorizado o funcionamento da segunda faculdade mantida pela Sociedade, a de Filosofia, Ciências e Letras (Fafis), com os cursos de Pedagogia, Letras e Jornalismo, reconhecidos em 1957. Em seguida, a Sociedade criou outras faculdades, que foram homologadas pelo Governo Federal. Em 6 de fevereiro de 1986, o Conselho Federal de Educação (CFE) reconheceu a Universidade Católica de Santos. Como Instituição de Ensino Superior Confessional, com Estatuto e Regimento próprios, seguindo a legislação em vigor e tendo o seu Marco Referencial que reforça a Identidade

Católica da Instituição, trabalha com a defesa e o desenvolvimento da dignidade humana, bem como a herança cultural, mediante a pesquisa, o ensino e os serviços prestados à comunidade. Atualmente funciona em dois *campi* na cidade de Santos, Dom Idílio José Soares e Boqueirão, com as seguintes unidades universitárias: Centro de Ciências da Educação e Comunicação (CCEC), Centro de Ciências Exatas, Arquitetura e Engenharia (CCEAE), Centro de Ciências Sociais Aplicadas e da Saúde (CCSAS), Faculdade de Direito (FADIR), Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas (IPECI), Instituto de Teologia São José de Anchieta (ITSJA).

A história da Universidade Católica Portuguesa começou em 1934, quando a Companhia de Jesus estabeleceu em Braga o Instituto Beato Miguel de Carvalho para o estudo da Filosofia. Em 1947, o Instituto foi elevado à categoria de Faculdade Pontifícia. Em 1967, pelo Decreto da Santa Sé *Lusitanorum Nobilissima Gens*, foi instituída a Faculdade de Filosofia de Braga, com a criação da Universidade Católica Portuguesa. No ano seguinte, abriu em Lisboa a Faculdade de Teologia. Em 1971, pelo Decreto *Humanam Eruditionem*, a Santa Sé procedeu à ereção canônica da Universidade Católica Portuguesa. Nesse ano, o Estado Português reconheceu o estatuto jurídico dessa Universidade. Em 1990, o Governo português revogou o Decreto-Lei n° 307/71, de 15 de julho, sendo substituído pelo Decreto-Lei n° 128/90, de 17 de abril, estabelecendo em seu artigo 1° que a Universidade Católica Portuguesa como “uma instituição da Igreja Católica, canonicamente erecta ao abrigo do artigo XX da Concordata entre Portugal e a Santa sé, de 7 de maio de 1940, seja reconhecida pelo Estado como instituição universitária livre, autônoma e de utilidade pública”. A Universidade Católica Portuguesa está localizada em Lisboa (sede), Braga, Porto e Beiras.

A Universidade Eduardo Mondlane é a mais antiga Instituição de Ensino Superior em Moçambique. Foi fundada em 21 de agosto de 1962, pelo Decreto-Lei n° 44530, com a designação de Estudos Gerais Universitários de Moçambique, integrados na Universidade Portuguesa, sob a supervisão da Universidade de Coimbra. Em 1968 ascendeu à categoria de universidade, com a designação de Universidade Lourenço Marques. Em 1976, após a descolonização, recebeu o nome de Universidade Eduardo Mondlane, em homenagem ao primeiro presidente da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), que iniciou a Luta Armada de Libertação Nacional. Como instituição pública de âmbito nacional, tem sede em Maputo, capital do país, e delegações em várias províncias, como Gaza, Inhambane, Zambézia, Quelimane, Beira e Nampula.

ANEXO 04

Questões formuladas às três Instituições de Ensino Superior da CPLP: Universidade Católica de Santos, Universidade Católica Portuguesa, Universidade Eduardo Mondlane

Subprojeto 01 – Cooperação nas áreas de Educação e Cultura

1. Que atividades de apoio à educação, cultura, pesquisa, desenvolvimento científico e tecnológico, foram realizadas com Instituições de Ensino Superior da CPLP?
2. Há ou já houve planejamento, execução e desenvolvimento de projetos de pesquisa comuns com essas instituições?

3. Há ou já houve troca de documentação e publicação dos resultados das pesquisas realizadas conjuntamente?
4. Há conhecimento mútuo dos sistemas de ensino superior dessas instituições?
5. Como funciona o Convênio entre essas instituições?

Subprojeto 02 – Formação de jornalista: currículo e Educação Inclusiva

1. Como se procede à formação do jornalista diante do impacto do mundo online?
2. Que alterações foram realizadas nos últimos dez anos (2008 – 2018) no currículo do curso de Jornalismo?
3. Qual a relação entre os componentes curriculares teóricos e práticos no curso de Jornalismo?
4. Que projetos laboratoriais há nesse curso?
5. Que medidas são tomadas para a inclusão nesse curso de alunos portadores de deficiências físicas ou sensoriais?
6. Há programa ou atenção diferenciada aos alunos que apresentam dificuldades no aprendizado, mas não são classificados como deficientes ou portadores de necessidades especiais?
7. Há legislação governamental que regulamente a inclusão de alunos portadores de deficiências no meio universitário?

Subprojeto 03 – Alimentação no espaço universitário

1. Quem administra esse espaço (cantina, refeitório, restaurante) na universidade?
2. Tipo de alimentação oferecida. Relação entre os alimentos servidos e a cultura nacional.
3. Composição do cardápio
4. Preço cobrado aos comensais em relação ao dos estabelecimentos externos à universidade
5. Participação de nutricionista no preparo dos alimentos

ABSTRACT

With the objective of contributing to cooperation between the countries of the Lusophone space, this article presents data on the work developed by the Communication and Citizenship Research Group, of the Catholic University of Santos, in three areas: Communication, Nutrition and International Relations. (Catholic University of Portugal, Portugal) and Eduardo Mondlane University (Mozambique). The study was carried out in three universities. Among the difficulties in collecting data, the understanding as a constituent of meaning was the most expressive. Therefore, the result of the transdisciplinary initiative is important for the reflection on the dynamics of conviction between the Higher Education Institutions of the community, although distant geographically, can contribute to the scientific, technological and cultural development of the member states, certain historical inscribed in the silence.

KEYWORDS

CPLP, cooperation, Higher Education